

**INFORMAÇÃO 03\_2021\_DG****ASSUNTO: relatório e contas de 2020**

Em anexo à presente informação apresentamos o relatório e contas referente ao ano de 2020, assim como o respetivo parecer do conselho fiscal propondo a provação do mesmo.

Eco Parque do Relvão, março de 2021

O Assessor da Direção

  
Joel Marques

*aprovado por unanimidade  
em reunião de Direção realizada  
a 19/03/21, remeter à  
Asssembleia Geral  
19/03/21*

*aprovado por unanimidade  
em reunião da A.6 realizada  
a 29 de março de 2021  
29 março 2021*



# **Relatório e Contas de 2020**



**Relatório de Gestão**

**Balanço**

**Demonstração dos Resultados por Naturezas**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais**

**Anexo**

**Certificação Legal das Contas**

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**



# **Relatório de Gestão**

**1**

## 1 - Introdução

---

Exmos. Associados,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a direção da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, com sede social em Rua Ferro de Engomar - Eco-Parque do Relvão, Chamusca, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2020.

O referido documento contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março e conforme demonstrações financeiras constantes da portaria nº 220/2015, de 24 de julho.

### 1.1 - Apresentação da Associação

---

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo é uma associação sem fins lucrativos, constituída a 9 de agosto de 1996, com a missão de gerir e tratar os resíduos sólidos urbanos produzidos nos ( 10 ) municípios de Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova de Barquinha.

## 2 - Enquadramento Económico

---

A atividade económica em 2020 foi profundamente afetada pela pandemia Covid-19, em que as medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB.

As perdas económicas foram diferenciadas entre países e setores de atividade, nos quais a resposta de política – monetária, orçamental e prudencial – não tem precedente em magnitude, celeridade e coordenação e foi decisiva na mitigação dos danos da crise. Sendo de destacar, como setores mais afetados o alojamento e restauração, transporte de passageiros e todas as diferentes atividades ligadas ao turismo.

Uma nota para a dívida pública, a qual atingiu em dezembro de 2020 a quantia da 270.408 milhões euros, correspondendo, de acordo com o Banco de Portugal, a um máximo histórico, decorrente aumento dos títulos de dívida, dos empréstimos e das responsabilidades em depósitos.

A retoma para o nível pré-pandemia deverá ser atingida no final de 2022. A recuperação da atividade traduz-se numa melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados do próximo ano.

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

## Principais indicadores económicos (%)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (a)
Produto interno bruto (PIB)	1,9	2,8	2,6	2,2	-7,6	3,9
Consumo privado	2,4	2,3	2,9	2,4	-6,8	3,9
Consumo público	0,8	0,2	0,7	0,7	0,4	4,9
Défice (% do PIB)	-2,1	-2,9	-0,5	-0,1	-7,3	-4,3
Taxa de desemprego	11,1	8,9	7,0	6,5	7,2	8,8
Taxa de inflação (IHPC)	0,6	1,6	1,4	0,3	0,0	0,3

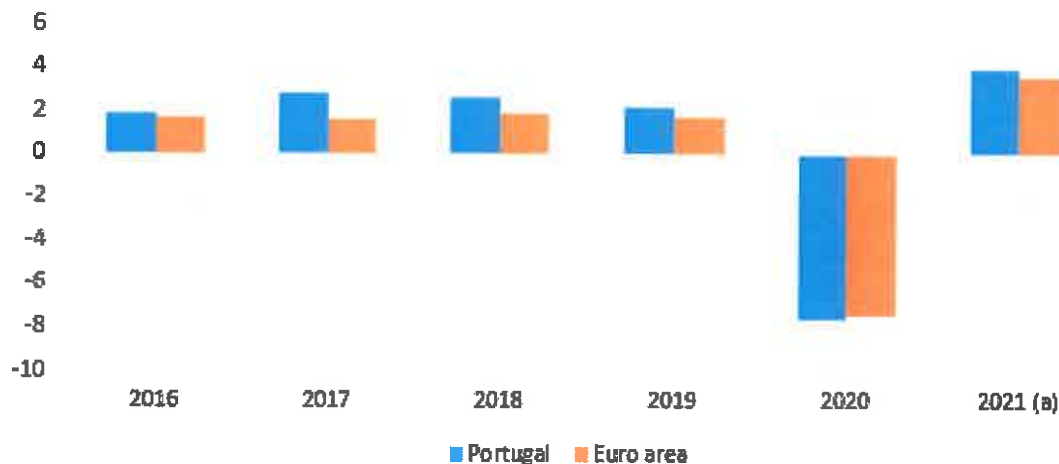
Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat  
 Notas: (a) Previsões OCDE e Banco de Portugal (dez/2020)

Apesar desta crise, o impacto no emprego será mais moderado devido às medidas de apoio. A taxa de desemprego anual prevê-se que se situe nos 7,2%, o que se traduz em cerca de 450 mil pessoas desempregadas.

Entre os estados-membros, no decorrer do ano 2020, Portugal situou-se ligeiramente acima da taxa de desemprego na zona euro, sendo que as mais altas continuam a ser a de Espanha (15,7%) e da Grécia (16,8%), enquanto a República Checa (2,68%) apresenta a taxa mais baixa. Na zona Euro, a taxa de desemprego subiu para 8,1% enquanto na União Europeia subiu para 7,2%.

Neste enquadramento, projeta-se uma queda do PIB de 7,6% em 2020, seguida de um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):

## Taxa de crescimento do PIB (%)



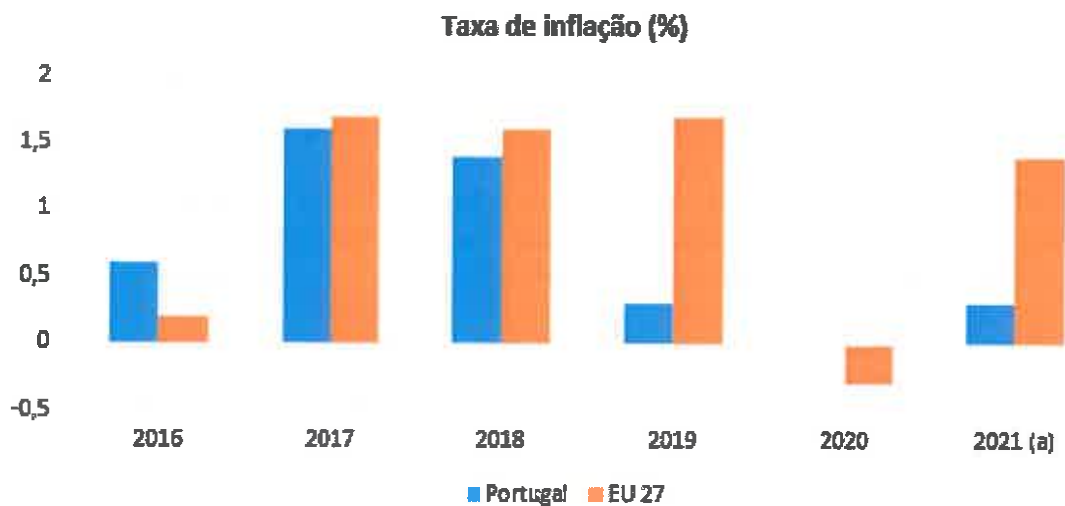
Comparando com os países da UE, Portugal regista a 5ª maior contração do PIB. Em Espanha, de acordo com as previsões da OCDE, o PIB registou uma taxa de 11,6% negativos no ano de 2020, tendo previsto uma taxa de 5% positivos para 2021.

Saliente-se que Portugal terá de enfrentar a saída, consumada no final de 2020, do Reino Unido, via “Brexit”, que também terá um impacto profundo na União Europeia, principalmente em 2021. A economia portuguesa poderá sofrer impactos negativos no crescimento, nas exportações e mesmo nos custos de financiamento. O Reino Unido é o quarto maior mercado das exportações portuguesas, pelo que as exportações para o Reino Unido poderão descer 15%, no cenário mais otimista.

Contudo, com o “Brexit” o Reino Unido terá mais dificuldades em importar e exportar de e para outros países da União Europeia e, neste cenário, Portugal pode substituir outros países no relacionamento com o mercado Reino Unido no “pós-Brexit”.

O BCE decidiu manter as taxas de juro oficiais, pelo que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento manteve-se em 0,0%. De acordo com essa entidade, as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo, e as condições monetárias, nomeadamente ao nível do crédito, deverão permanecer contidas.

A inflação, segundo o INE, apresenta uma variação nula em 2020, com previsões de 0,3% em 2021, 0,9% em 2022 e 1,1% em 2023. O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



Fontes: Banco de Portugal e Comissão Europeia

Notas: (a) Previsões

As perspetivas económicas permanecem rodeadas de elevada incerteza, estando muito dependentes da evolução da doença e da rapidez da vacinação em larga escala. Embora se projete uma retoma da atividade económica em 2021, o seu ritmo será condicionado pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafetação de recursos entre empresas e entre setores.

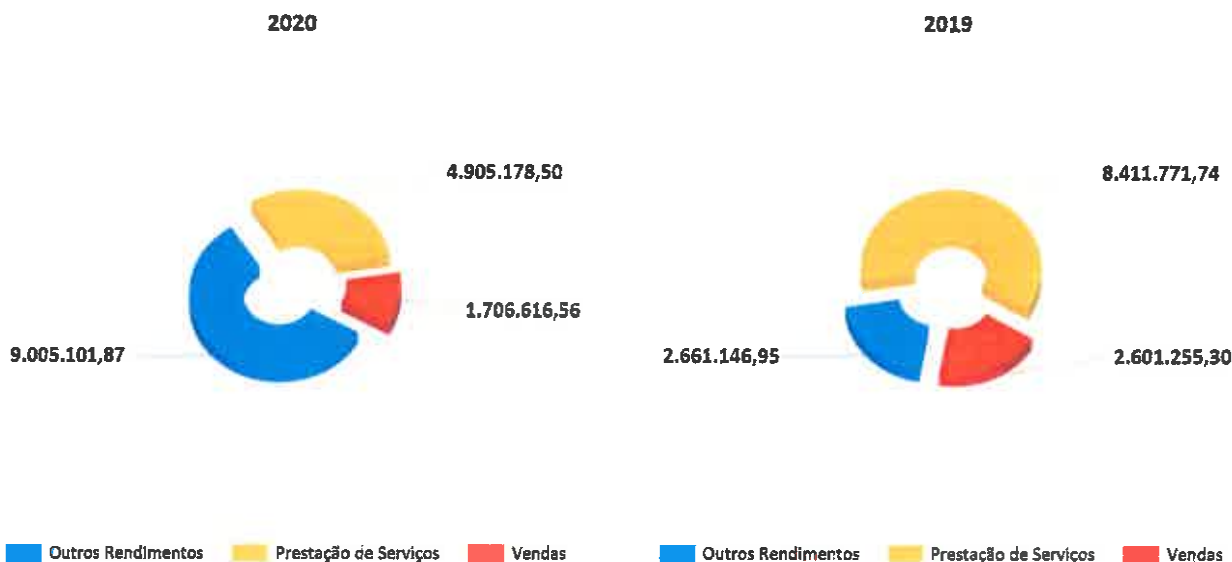
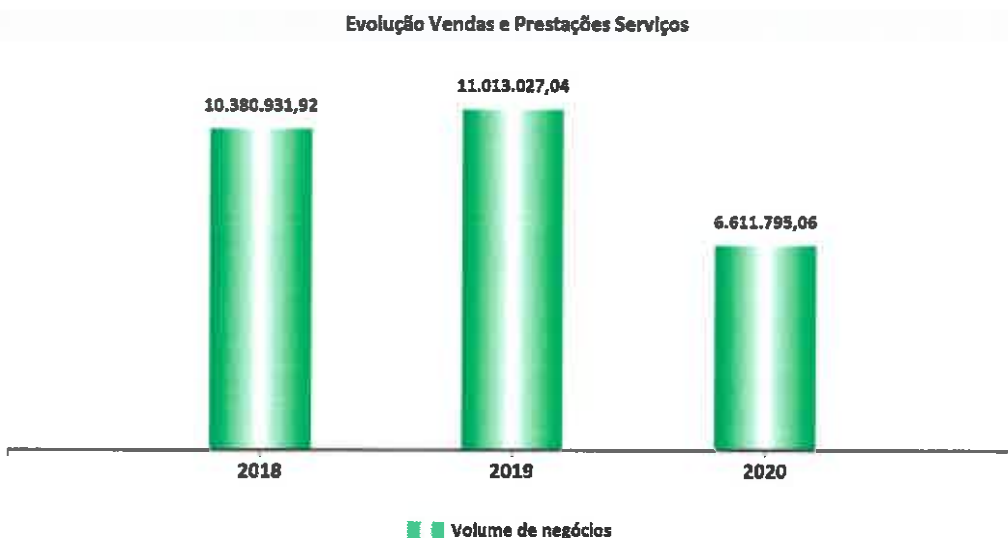
O aumento do endividamento dos setores público e privado e do risco de crédito coloca desafios importantes à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação e resiliência da economia portuguesa, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.

### 3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2020 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela Associação.

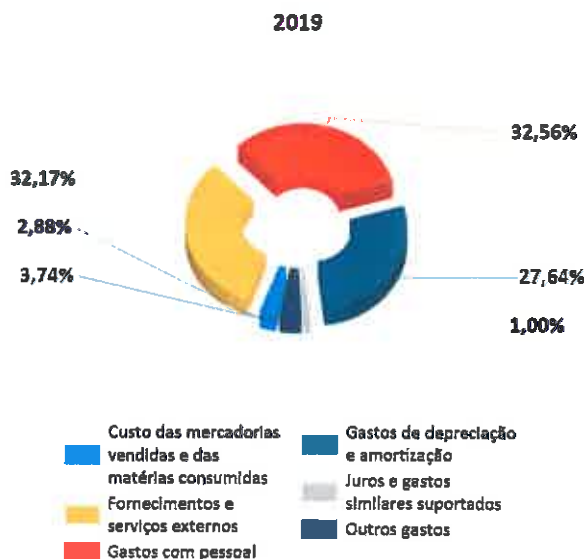
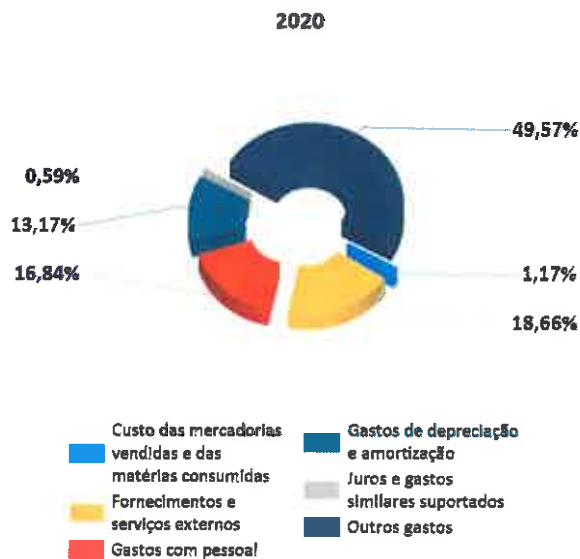
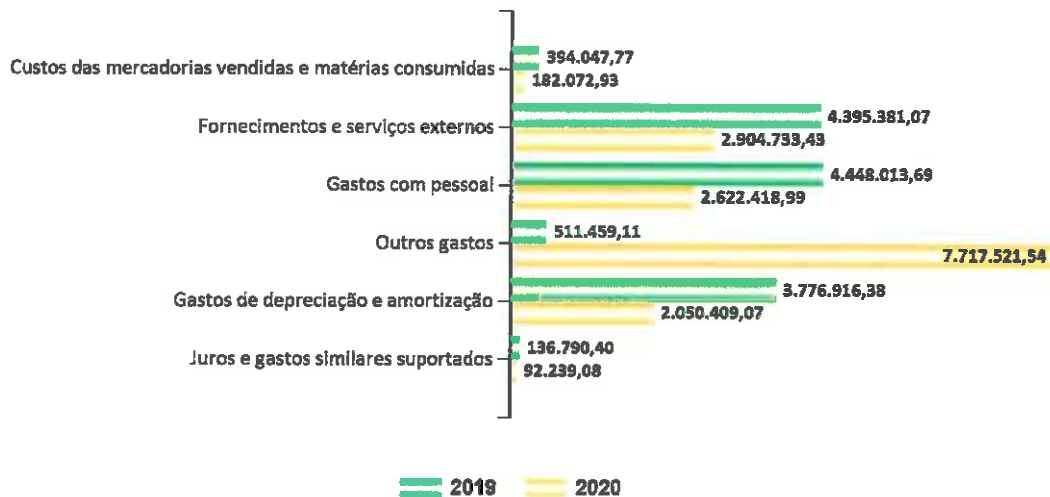
A partir de 31 de julho de 2020, a atividade foi cedida à RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., bem como o seu estabelecimento e património.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:

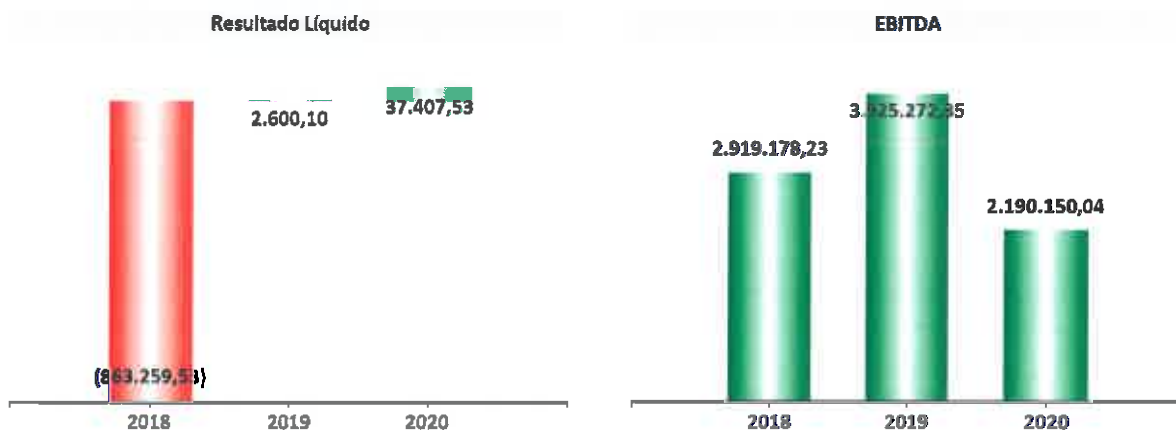


Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da associação:

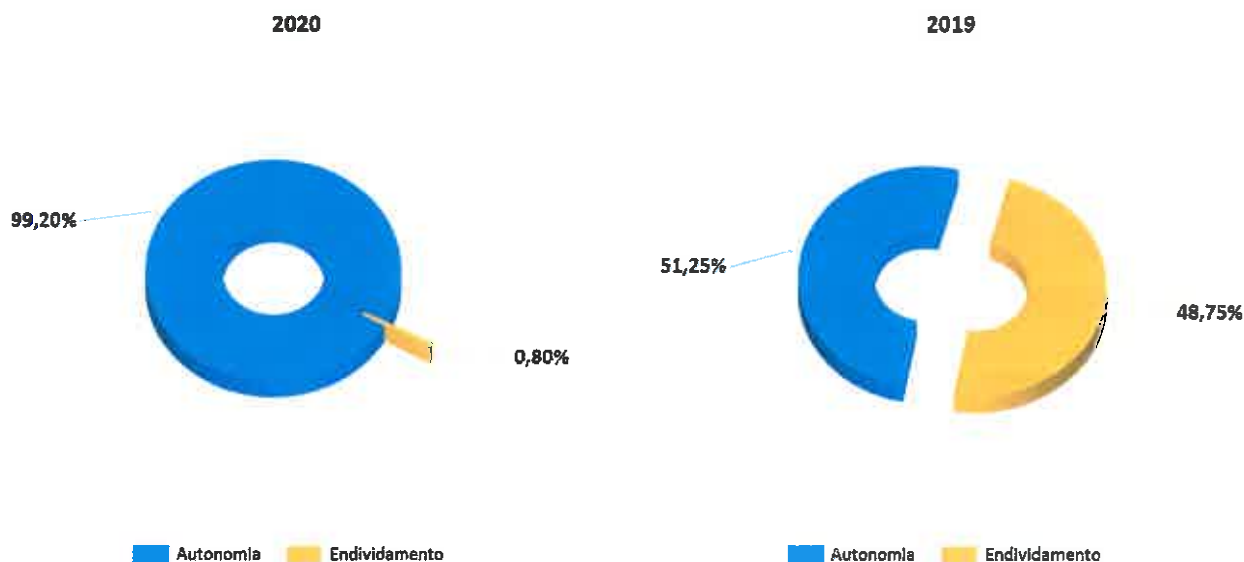
Estrutura de Gastos



Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a associação apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da associação apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Indicadores Financeiros:

RUBRICAS	PERIODOS	
	2020	2019
Autonomia	99,20%	51,25%
Solvabilidade	12336,60%	105,14%
Liquidez Geral	12436,60%	66,69%

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da associação através da análise dos seguintes itens de balanço:

#### ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2020		2019	
Ativo não corrente	0,00	0 %	13.930.100,79	71 %
Ativo corrente	2.787.692,48	100 %	5.724.982,21	29 %
<b>Total ativo</b>	<b>2.787.692,48</b>		<b>19.655.083,00</b>	

RUBRICAS	2020		2019	
Capital Próprio	2.765.277,25	99 %	10.073.664,03	51 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	996.653,19	5 %
Passivo corrente	22.415,23	1 %	8.584.765,78	44 %
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>2.787.692,48</b>		<b>19.655.083,00</b>	

### 3.1 - Questões relativas aos trabalhadores

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

O número médio, refere-se aos trabalhadores até dia 31 de julho de 2020, sendo que após essa data a associação deixou de ter qualquer colaborador.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2020	2019	2018
Gastos com Pessoal	2.622.418,99	4.448.013,69	4.617.070,63
Nº Médio de Pessoas	274	279	294
Gasto Médio por Pessoa	9.570,87	15.942,70	15.704,32

### 3.2 - Investimentos

No exercício foram concretizados investimentos em ativos fixos tangíveis no montante de 444.862 euros, referentes essencialmente, a edifícios e outras construções (86.671 euros), equipamento básico (83.898 euros) e ativos em curso (178.342 euros).

### 3.3 - Investigação & Desenvolvimento

---

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo não despendeu qualquer gasto neste tipo de rubricas.

### 4 - Principais Riscos e Incertezas

---

A associação apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.

A associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a associação mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

### 5 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

---

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

### 6 - Perspetivas para o Próximo Exercício

---

O surto pandémico provocado pela Covid-19, veio acrescentar dificuldades em perspetivar a evolução futura de curto prazo da economia, decorrentes das restrições impostas, pela aplicação de medidas extraordinárias e de carácter urgente de restrição de direitos e liberdades.

Contudo, na Associação por via da cessão (transmissão integral) do estabelecimento e património para a RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., celebrada em 31 de julho de 2020, perspetivámos a liquidação e dissolução a curto prazo, conforme decisão dos Associados.

### 7 - Considerações Finais

---

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a associação não é detentora de quotas ou ações próprias.

Não foram realizados negócios entre a direção e os associados, nos termos do artº 397º do Código das Sociedades Comerciais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A associação não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela associação.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

## 8 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo no período económico findo em 31 de dezembro de 2020 realizou um resultado líquido de 37.407,53 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2020
Resultados Transitados	37.407,53

## 9 - Agradecimentos

A Direção não pode deixar de manifestar o seu agradecimento a todos os que contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo, nomeadamente os seus trabalhadores, fornecedores, clientes e instituições financeiras.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

## 10 - Anexo ao Relatório de Gestão

---

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º e o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Relação dos membros da direção e fiscalização.

### **Membros da Direção**

Entidade: Município da Chamusca  
Representante: Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado  
Cargo: Presidente

Entidade: Município de Torres Novas  
Representante: Carlos Alberto Ramos Dias  
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município do Entroncamento  
Representante: Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim  
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município de Ferreira do Zêzere  
Representante: Paulo Jorge Alcobia das Neves  
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município de Vila Nova da Barquinha  
Representante: Rui Constantino Martins  
Cargo: Vice-Presidente

### **Conselho Fiscal**

Entidade: Município de Tomar  
Representante: Helder Duarte Henriques  
Cargo: Presidente

Entidade: Município da Golegã  
Representante: António Francisco Oliveira Pires Cardoso  
Cargo: Vogal

Entidade: Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.  
Representante: Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC nº 1085  
Cargo: Vogal

Carregueira, 25 de fevereiro de 2021



**Balanço**

**2**

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7		13.793.292,96
Ativos intangíveis	6		96.469,15
Outros créditos e ativos não correntes			40.338,68
			<b>13.930.100,79</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10		14.887,50
Créditos a receber		2.787.692,48	4.732.788,93
Estado e outros entes públicos	13		114.285,29
Diferimentos			185.227,79
Outros ativos correntes			19.000,00
Caixa e depósitos bancários	4		658.792,70
		<b>2.787.692,48</b>	<b>5.724.982,21</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.787.692,48</b>	<b>19.655.083,00</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		4.988,00	4.988,00
Resultados transitados		2.638.887,72	2.736.487,62
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		83.994,00	7.329.588,31
Resultado líquido do período		37.407,53	2.600,10
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>2.765.277,25</b>	<b>10.073.664,03</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	8;9		996.653,19
			<b>996.653,19</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14		3.554.438,38
Estado e outros entes públicos	13	10.094,36	728.908,82
Financiamentos obtidos	8;9		3.143.129,24
Outros passivos correntes	14	12.320,87	1.158.289,34
		<b>22.415,23</b>	<b>8.584.765,78</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>22.415,23</b>	<b>9.581.418,97</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2.787.692,48</b>	<b>19.655.083,00</b>



## **Demonstração de Resultados por Naturezas**

**3**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	11	6.611.795,06	11.013.027,04
Subsídios, doações e legados à exploração	12	9.284,57	3.720,28
Variação nos inventários da produção	10		(237,50)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(182.072,93)	(394.047,77)
Fornecimentos e serviços externos	17	(2.904.733,43)	(4.395.381,07)
Gastos com o pessoal	15	(2.622.418,99)	(4.448.013,69)
Outros rendimentos	11	8.995.817,30	2.657.664,17
Outros gastos	17	(7.731.698,24)	(511.459,11)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2.175.973,34</b>	<b>3.925.272,35</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7	(2.050.409,07)	(3.776.916,38)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>125.564,27</b>	<b>148.355,97</b>
Juros e gastos similares suportados	9	(78.062,38)	(136.790,40)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>47.501,89</b>	<b>11.565,57</b>
Imposto sobre o rendimento do período	13	(10.094,36)	(8.965,47)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>37.407,53</b>	<b>2.600,10</b>



## **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

**4**



Demonstração dos Fluxos de Caixa do período  
findo em 31-12-2020  
(montantes em euros)

RUBRICAS	PERÍODO	
	2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>		
Recebimentos de clientes	7.502.643,41	10.963.807,50
Pagamentos a fornecedores	5.441.301,18	4.284.276,28
Pagamentos ao pessoal	1.639.124,88	4.401.689,73
Caixa gerada pelas operações	<b>422.217,35</b>	<b>2.277.841,49</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(8.965,47)	631,95
Outros recebimentos/pagamentos	(700.344,51)	(151.965,64)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>(287.092,63)</b>	<b>2.126.507,80</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	335.341,30	1.501.980,54
Ativos intangíveis	49.522,00	97.081,18
Investimentos financeiros		6.411,38
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	2.750,00	3.390,64
Subsídios ao investimento		640.805,52
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>(382.113,30)</b>	<b>(961.276,94)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Outras operações de financiamento	112.500,00	
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		606.184,88
Juros e gastos similares	78.062,38	135.970,82
Outras operações de financiamento	24.024,39	34.377,90
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>10.413,23</b>	<b>(776.533,60)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(658.792,70)	388.697,26
Caixa e seus equivalentes no início do período	658.792,70	270.095,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período		658.792,70

Direção

Contabilista Certificado



# **Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais**

**5**

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2020**  
(montantes em euros)

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes táticos	Reservas	Resultados transações	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos /		Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
							outras variações nos fundos patrimoniais					
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020 6		4.988,00			2.736.487,52		7.329.588,31	2.600,10	10.073.564,03			10.073.564,03
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(97.599,90)			(2.600,10)	(100.200,00)			(100.200,00)
	7				(97.599,90)			(2.600,10)	(100.200,00)			(100.200,00)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								37.407,53	37.407,53			37.407,53
RESULTADO INTEGRAL	9-7+8							(62.792,47)	(62.792,47)			(62.792,47)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>												
Subsídios, doações e legados								(7.245.594,31)	(7.245.594,31)			(7.245.594,31)
	10							(7.245.594,31)	(7.245.594,31)			(7.245.594,31)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020 6+7+8+10		4.988,00			2.638.887,72		83.994,00	37.407,53	2.765.277,25			2.765.277,25

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2020**  
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019</b>	<b>1</b>	4.988,00			3.603.446,35		9.323.185,58	(863.259,53)	12.068.360,40		12.068.360,40
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(866.958,73)		(1.993.597,27)	863.259,53	(1.997.296,47)		(1.997.296,47)
	<b>2</b>				(866.958,73)		(1.993.597,27)	863.259,53	(1.997.296,47)		(1.997.296,47)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>							2.600,10	2.600,10		2.600,10
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>							(1.994.696,37)	(1.994.696,37)		(1.994.696,37)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>	<b>5</b>										
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	4.988,00			2.736.487,62		7.329.588,31	2.600,10	10.073.664,03		10.073.664,03



**Anexo**

**6**

## 1 - Identificação da entidade

### 1.1. Dados de identificação

**Designação da entidade:** RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo

### 1.2. Sede

**Sede social:** Rua Ferro de Engomar - Eco-Parque do Relvão, Chamusca

### 1.3. Natureza da atividade

**Natureza da atividade:** Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2020.

## 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

#### - Regime da periodização económica (acrécimo)

A associação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

#### - Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A associação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

#### - Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

#### - Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2020 não são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

### 2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

**2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior**

As demonstrações financeiras não são comparáveis, pelo facto da atividade de 2020 respeitar, apenas, ao período de janeiro a julho, por força da cessão do estabelecimento e património à RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., datada de 31 de julho de 2020.

**3 - Principais políticas contabilísticas****3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou atual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A associação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

**3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes****Ativos fixos tangíveis**

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os contratos de locação financeira, relativamente aos quais a Associação assume os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado, são registados, na data do seu início, como ativo e passivo pelo valor atual das rendas vincendas, desde que menores que o justo valor do bem.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios e outras construções	20-50 anos
Equipamento básico	3-8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Outros ativos tangíveis	3-8 anos

**Ativos intangíveis**

Os ativos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, sendo apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.

### **Inventários**

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

### **Valores a receber**

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

### **Rendimentos e gastos**

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### **Rédito**

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

### **Impostos sobre o rendimento**

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas para os períodos em que se prevê venham a reverter as diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis).

Os ativos por impostos diferidos são unicamente registados quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir os montantes dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

- 3.3. **Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte**

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela associação, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela associação e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela associação o resultado, reportado pela associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da associação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### **Cobranças duvidosas**

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela associação, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

#### **Impostos sobre os lucros**

A associação encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela associação, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da associação de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### **Benefícios a empregados – estimativa de férias**

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

**4 - Fluxos de caixa****4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:**

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa		1.701.781,94	1.701.781,94	
Depósitos à ordem	658.792,70	10.826.848,15	11.485.640,85	
Outros depósitos bancários				
<b>Total</b>	<b>658.792,70</b>	<b>12.528.630,09</b>	<b>13.187.422,79</b>	

**4.2. Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso**

Não existem saldos indisponíveis para uso.

**5 - Partes relacionadas****5.1. Identificação das partes relacionadas****5.1.1. Identificar se existem participações entre entidades**

A RESITEJO é uma associação, constituída por 10 municípios (Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha).

**5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão**

No decorrer do exercício não foram atribuídas remunerações aos órgãos sociais.

## 6 - Ativos intangíveis

## 6.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registro das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
<b>TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS</b>								
<i>Valor bruto total no fim do período</i>								
<i>Amortizações acumuladas totais no fim do período</i>								
<b>VIDA ÚTIL INDEFINIDA</b>								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
<b>VIDA ÚTIL DEFINIDA</b>								
Valor bruto no início		192.190,00	167.797,78		187.375,25			547.363,03
Amortizações acumuladas		182.244,01	156.779,26		111.870,61			450.893,88
Saldo no início do período		9.945,99	11.018,52		75.504,64			96.469,15
Variações do período		(9.945,99)	(11.018,52)		(75.504,64)			(96.469,15)
Aquisições em primeira mão		9.750,00	56.602,00					66.352,00
Outros aumentos		188.006,03	166.484,09		138.042,34			492.532,46
Total de aumentos		197.756,03	223.086,09		138.042,34			558.884,46
Amortizações do período		5.762,02	9.704,83		26.171,73			41.638,58
Outras diminuições		201.940,00	224.399,78		187.375,25			613.715,03
Total diminuições		207.702,02	234.104,61		213.546,98			655.353,61
Saldo no final do período								

## Quadro comparativo:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
<b>TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS</b>								
<i>Valor bruto total no fim do período</i>		192.190,00	167.797,78		187.375,25			547.363,03
<i>Amortizações acumuladas totais no fim do período</i>		182.244,01	156.779,26		111.870,61			450.893,88
<b>VIDA ÚTIL INDEFINIDA</b>								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
<b>VIDA ÚTIL DEFINIDA</b>								
Valor bruto no início		182.245,00	152.666,57		115.370,28			450.281,85
Amortizações acumuladas		118.169,87	122.422,20		52.723,81			293.315,88
Saldo no início do período		64.075,13	30.244,37		62.646,47			156.965,97
Variações do período		(54.129,14)	(19.225,85)		12.858,17			(60.496,82)
Outras aquisições		9.945,00	15.131,21		72.004,97			97.081,18
Total de aumentos		9.945,00	15.131,21		72.004,97			97.081,18
Amortizações do período		64.074,14	34.357,06		59.146,80			157.578,00
Total diminuições		64.074,14	34.357,06		59.146,80			157.578,00
Saldo no final do período		9.945,99	11.018,52		75.504,64			96.469,15

7 - Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações para cada classe de ativos tangíveis, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	239.138,20	25.202.013,87	19.118.770,78	4.263.252,42	232.569,75		581.480,56	1.335,56		49.638.561,14
Depreciações acumuladas	216.724,65	16.496.576,24	13.719.966,34	3.393.321,97	198.951,17		415.739,10			34.441.279,47
Imparidades acumuladas								1.403.988,71		1.403.988,71
Saldo no início do período	22.413,55	8.705.437,63	5.398.804,44	869.930,45	33.618,58		165.741,46	(1.402.653,15)		13.793.292,96
Variações do período	(22.413,55)	(8.705.437,63)	(5.398.804,44)	(869.930,45)	(33.618,58)		(165.741,46)	1.402.653,15		(13.793.292,96)
Total de aumentos	245.614,96	17.171.171,37	15.009.265,39	3.622.437,27	216.812,87		451.268,19	1.581.230,68		38.297.800,73
Aquisições em primeira mão	28.890,31	86.671,00	83.897,74	57.500,00	7.934,24		1.626,80	178.341,97		444.862,06
Outros aumentos	216.724,65	17.084.500,37	14.925.367,65	3.564.937,27	208.878,63		449.641,39	1.402.888,71		37.852.938,67
Total diminuições	268.028,51	25.876.609,00	20.408.069,83	4.492.367,72	250.481,45		617.009,65	178.577,53		52.091.093,69
Depreciações do período		587.924,13	1.205.401,31	171.615,30	9.927,46		33.902,29			2.008.770,49
Outras diminuições	268.028,51	25.288.684,87	19.202.668,52	4.320.752,42	240.503,99		583.107,36	178.577,53		50.082.323,20
Saldo no fim do período										
Valor bruto no fim do período										
Depreciações acumuladas no fim do período										

Convém salientar que as instalações da Entidade, sitas no Eco-Parque do Relvão no concelho da Chamusca, encontram-se implementadas parte em propriedade alheia, do qual foi celebrado em 29 de dezembro de 1999, um contrato que cede à RESITEJO o gozo da parcela de terreno por um período temporal não superior a 40 anos.

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	239.138,20	23.622.395,52	18.345.433,67	4.033.901,34	226.398,76		571.336,86	1.419.569,42		48.458.173,57
Depreciações acumuladas	216.724,65	15.403.522,94	11.638.882,12	3.123.374,89	188.795,47		354.869,89			30.926.169,96
Imparidades acumuladas								1.473.192,71		1.473.192,71
Saldo no início do período	22.413,55	8.218.872,58	6.706.551,55	910.526,45	37.603,29		216.466,77	(53.623,29)		16.058.810,90
Variações do período		486.565,05	(1.307.747,11)	(40.596,00)	(3.984,71)		(50.725,31)	(1.349.029,86)		(2.265.517,94)
Total de aumentos			773.337,11	417.451,08	26.528,73		10.143,90	378.748,59		1.606.209,41
Outras aquisições			773.337,11	323.401,08	16.349,86		10.143,90	378.748,59		1.501.980,54
Outros aumentos				94.050,00	10.178,87					104.228,87
Total diminuições		1.093.053,30	2.081.084,22	458.047,08	30.513,44		60.869,21			3.723.567,25
Depreciações do período		1.093.053,30	2.081.084,22	363.997,08	20.334,57		60.869,21			3.619.338,38
Alienações				36.750,00	4.000,00					40.750,00
Abates				57.300,00	6.178,87					63.478,87
Transferências de AFT		1.579.618,95						(1.727.778,45)		(148.160,10)
Saldo no fim do período	22.413,55	8.705.437,63	5.398.804,44	869.930,45	33.618,58		165.741,46	(1.402.653,15)		13.793.292,96
Valor bruto no fim do período	239.138,20	25.202.013,87	19.118.770,78	4.263.252,42	232.569,75		581.480,56	1.335,56		49.638.561,14
Depreciações acumuladas no fim do período	216.724,65	16.496.576,24	13.719.966,34	3.393.321,97	198.951,17		415.739,10	1.403.988,71		35.845.268,18

**8 - Locações****8.1. Locações financeiras**

Os custos de locações financeiras são reconhecidos como um gasto no período.

No ano de 2020 o gasto ocorrido com juros de locações foi de 235,37 euros.

No final do exercício, as locações financeiras foram transferidas na sua totalidade para a RSTJ, S.A.

**9 - Custos de empréstimos obtidos****9.1. Empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:**

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período.

No ano de 2020 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 78.062,38 euros.

No final do exercício, os empréstimos foram transferidos na sua totalidade para a RSTJ, S.A.

**9.2. Outras divulgações**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	92.239,08	136.790,40
Juros de financiamentos suportados	92.239,08	136.790,40
Juros de empréstimos bancários	78.062,38	112.975,94
Juros de locações financeiras	235,37	819,58
Outros juros de financiamentos obtidos	13.941,33	22.994,88

10 - Inventários

10.1. Políticas contábilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

10.1.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
<b>APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS</b>						
Inventários iniciais						
Compras		182.072,93	182.072,93		394.047,77	394.047,77
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		182.072,93	182.072,93		394.047,77	394.047,77
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>						

10.1.2. Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Prod. Acabados e Interm.	Subprodutos, desp e refugos	Prod e trab em curso	Total Período	Prod. Acab. e Interm. Per. Anterior	Subprod, desp e refugos Per. Anterior	Prod e trab. em curso Per. Anterior	Total Período Anterior
<b>APURAMENTO DA VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO</b>								
Inventários finais					14.887,50			14.887,50
Reclassificação e regularização de inventários	(14.887,50)			(14.887,50)				
Inventários iniciais	14.887,50			14.887,50	15.125,00			15.125,00
Variação da produção					(237,50)			(237,50)
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>								

**11 - Rédito**

- 11.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transa es que envolvem a presta o de serviços**

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e presta o de serviços, líquido de impostos e descontos, e   reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes   posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e   reconhecido com referência   sua execu o relativamente aos serviços prestados.

- 11.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descri�o	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	1.706.616,56	2.601.255,30
Presta�o de serviços	4.905.178,50	8.411.771,74
Outros réditos	8.995.817,30	2.657.664,17
<b>Total</b>	<b>15.607.612,36</b>	<b>13.670.691,21</b>

- 11.3. Outros Rendimentos**

A rubrica de outros rendimentos   composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS	
	2020	2019
<b>Outros rendimentos</b>	<b>8.995.817,30</b>	<b>2.657.664,17</b>
Rendimentos suplementares	39.378,86	271.711,96
Descontos de pronto pagamento	9,15	
Aliena�es	1.418.123,19	3.390,64
Rendas e Out.Rend.Prop.Investimento	40.369,00	69.204,00
Corre�es relativas a exercícios anteriores		1.500,00
Imputa�o de subsídios p/ investimento	7.245.594,32	2.310.127,20
Outros	252.342,78	1.730,37

**12 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas**

- 12.1. Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas**

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Associa o cumprir  as condi es a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabiliza o, os subsídios do Governo relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na propor o dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos são inicialmente contabilizados no Capital Próprio e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do ativo caso sejam ativos depreciáveis ou amortizáveis, ou, mantidos no Capital Próprio caso esses ativos não sejam depreciáveis ou não amortizáveis.

**12.2. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:**

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	656.040,38								
Para ativos fixos tangíveis	622.113,94								
Equipamento básico	417.093,94								
Equipamento de transporte	205.020,00								
Para ativos Intangíveis	33.926,44								
Projetos de desenvolvimento	25.485,94								
Outros ativos intangíveis	8.440,50								
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	3.720,28								
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao Investimento									
De subsídios à exploração									
<b>Total</b>	<b>659.760,66</b>								

**12.3. Outras informações**

A Associação tinha registado 5.908.350 de subsídios ao investimento a reconhecer, relacionados com os ativos cedidos e que por esse motivo, foram totalmente reconhecidos como rendimento em 2020.

Em 2020, a associação beneficiou de subsídios à exploração, no montante de 9.284,57 euros referente ao IEPF - estágios.

**13 - Impostos e contribuições**
**13.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:**

a) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	47.501,89	11.565,57
Imposto corrente	10.094,36	8.965,47
Imposto diferido		
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>	<b>10.094,36</b>	<b>8.965,47</b>
Tributações autónomas	17,03	148,53
Taxa efetiva de imposto	21,25	77,51

Quantia (e a data de extinção, se houver) de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais não usados, e créditos por impostos não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço.

Os prejuízos fiscais absorvidos no período foram de 94.153,09 euros, ficando por absorver em anos futuros 739.330,09 euros.

**13.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições**

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		10.094,36		8.965,47
IRC a receber / pagar		10.094,36		8.965,47
Retenção de impostos sobre rendimentos				41.508,74
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)			114.248,31	
Outros impostos			36,98	
Contribuições para a Segurança Social				130.202,89
Tributos das autarquias locais				30,42
Outras tributações				548.201,30
<b>Total</b>		<b>10.094,36</b>	<b>114.285,29</b>	<b>728.908,82</b>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da associação dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Associação entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Associação encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

**14 - Instrumentos financeiros**

- 14.1. **Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras**

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

- 14.2. **Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
<b>Ativos financeiros:</b>			<b>2.787.692,48</b>		
Outras contas a receber			2.787.692,48		
<b>Passivos financeiros:</b>			<b>12.320,87</b>		
Outras contas a pagar			12.320,87		
<b>Ganhos e perdas líquidos:</b>			<b>9,15</b>		
De passivos financeiros			9,15		
<b>Rendimentos e gastos de juros:</b>			<b>(92.239,08)</b>		
De passivos financeiros			(92.239,08)		

- 14.3. **Fundos patrimoniais**

A variação ocorrida, nos anos de 2020 e 2019, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
<b>Fundos</b>	<b>4.988,00</b>			<b>4.988,00</b>
<b>Resultados transitados</b>	<b>2.736.487,62</b>		<b>(97.599,90)</b>	<b>2.638.887,72</b>
<b>Outras variações nos Fundos Patrimoniais</b>	<b>7.329.588,31</b>		<b>(7.245.594,31)</b>	<b>83.994,00</b>
Subsídios	7.245.594,31		(7.245.594,31)	
Doações	83.994,00			83.994,00
<b>Total</b>	<b>10.071.063,93</b>		<b>(7.343.194,21)</b>	<b>2.727.869,72</b>

**15 - Benefícios dos empregados****15.1. Número de empregados e gastos de pessoal****15.1.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade**

A 31 de dezembro de 2020 o número de colaboradores era de 0.

Os contratos de trabalho de todos os colaboradores, foram transferidos para a RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., a 31 de julho de 2020, deixando de haver gastos com pessoal a partir dessa data.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	2.622.418,99	4.448.013,69
Remunerações do pessoal	1.860.672,95	3.273.589,84
Indemnizações	2.580,00	
Encargos sobre as remunerações	377.697,71	665.119,56
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	199.088,60	318.298,33
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	182.379,73	191.005,96

**16 - Divulgações exigidas por diplomas legais**
**16.1. Informação por atividade económica**

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	1.706.616,56	1.706.616,56
De produtos acabados, semiacabados, resíduos e refugos	1.706.616,56	1.706.616,56
Prestações de serviços	4.905.178,50	4.905.178,50
Compras	182.072,93	182.072,93
Fornecimentos e serviços externos	2.904.733,43	2.904.733,43
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	182.072,93	182.072,93
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	182.072,93	182.072,93
Gastos com o pessoal	2.622.418,99	2.622.418,99
Remunerações	1.860.672,95	1.860.672,95
Outros gastos	761.746,04	761.746,04
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Total das aquisições	444.862,06	444.862,06
(das quais edifícios e outras construções)	86.671,00	86.671,00
Adições no período de ativos em curso	178.341,97	178.341,97
Propriedades de Investimento		

**16.2. Informação por mercado geográfico**

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	1.706.616,56			1.706.616,56
Prestações de serviços	4.905.178,50			4.905.178,50
Compras	182.072,93			182.072,93
Fornecimentos e serviços externos	2.904.733,43			2.904.733,43
Aquisições de ativos fixos tangíveis	444.862,06			444.862,06
Aquisições de ativos Intangíveis	66.352,00			66.352,00
Rendimentos suplementares:	39.378,86			39.378,86
Aluguer de equipamento	3.900,00			3.900,00
Outros rendimentos suplementares	35.478,86			35.478,86

**16.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais**

A Direção informa que a RESITEJO não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da RESITEJO perante a Segurança Social se encontra regularizada.

**17 - Outras informações****17.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

Relativamente aos processos judiciais, devido a se conhecer o desenlace não foram estimadas quaisquer contingências.

**17.2. Outros Gastos**

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS	
	2020	2019
Outros gastos	7.717.521,54	511.459,11
Impostos	601.086,94	377.700,76
Dívidas Incobráveis		44.961,27
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	6.999.901,11	
Correções de exercícios anteriores	56.480,95	25.136,59
Donativos	5.204,72	28.157,25
Quotizações	24.376,00	24.076,00
Outros	30.471,82	11.427,24



## 17.3. Discriminação do Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	132.142,08	136.462,16
<b>Serviços especializados</b>	<b>1.210.180,32</b>	<b>1.379.706,92</b>
Trabalhos especializados	216.706,59	279.298,06
Publicidade e propaganda	39.422,03	104.039,43
Vigilância e segurança	43.500,00	61.750,00
Honorários	42.765,00	80.791,31
Conservação e reparação	810.577,07	813.954,47
Outros	57.209,63	39.873,65
<b>Materiais</b>	<b>102.986,48</b>	<b>164.512,49</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	92.808,53	135.000,25
Livros e documentação técnica		604,87
Material de escritório	10.177,95	15.579,19
Artigos para oferta		12.990,00
Outros		338,18
<b>Energia e fluidos</b>	<b>961.105,30</b>	<b>1.425.377,75</b>
Eletricidade	390.210,99	426.868,10
Combustíveis	534.731,66	947.384,90
Água	7.291,99	7.249,10
Outros	28.870,66	43.875,65
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>108.354,31</b>	<b>490.836,71</b>
Deslocações e estadas	6.628,69	12.095,37
Transportes de mercadorias	101.725,62	478.741,34
<b>Serviços diversos</b>	<b>389.964,94</b>	<b>798.485,04</b>
Rendas e alugueres	240.825,72	600.521,05
Comunicação	18.818,80	26.814,53
Seguros	109.008,18	136.744,56
Contencioso e notariado	832,00	1.161,00
Despesas de representação	170,28	1.485,34
Limpeza, higiene e conforto	20.309,96	31.758,56
<b>Total</b>	<b>2.904.733,43</b>	<b>4.395.381,07</b>

**18 - Acontecimentos após data de balanço**

**18.1. Autorização para emissão:**

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;  
A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.  
Os associados da associação detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

**18.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.**

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direção

---

Contabilista Certificado



---

# RESITEJO - ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E TRATAMENTO DOS LIXOS DO MÉDIO TEJO

## CONSELHO FISCAL

### ATA NÚMERO OITO

Aos onze dias do mês de março de dois mil e vinte e um, pelas onze e trinta horas, reuniram na Rua Ferro de Engomar - Eco-Parque do Relvão, Carregueira, na Chamusca, o Conselho Fiscal da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, pessoa coletiva número quinhentos e três milhões novecentos e catorze mil e noventa e seis

Encontravam-se presentes o Presidente Hélder Duarte Henriques, em representação do Município de Tomar e os vogais António Francisco Oliveira Pires Cardoso, em representação do Município da Golegã e Paulo Dinis Delgado Chaves, em representação da Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda. para aprovação dos documentos de prestação de contas bem como do Relatório de gestão referente ao exercício de dois mil e vinte, cujo processo de preparação foi objeto de adequado acompanhamento.

O vogal Paulo Dinis Delgado Chaves, apresentou de forma detalhada as principais conclusões dos trabalhos realizados.

Da análise efetuada o Conselho Fiscal considera que tais documentos possibilitam uma adequada compreensão, quer da posição financeira da Associação em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, quer do modo como se desenrolaram as atividades, e se formou o resultado do exercício findo naquela data. Saliente-se os resultados apurados respeitam, apenas, a sete meses de atividade, por via da cessão do estabelecimento e património para a RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.

Nestas circunstâncias, e como consequência do trabalho efetuado, o Conselho Fiscal é de opinião que o Relatório e as Contas anuais apresentadas pela Direção devem ser aprovados conforme Parecer emitido nesta data, o qual faz parte integrante desta ata que vai ser assinada pelos presentes.

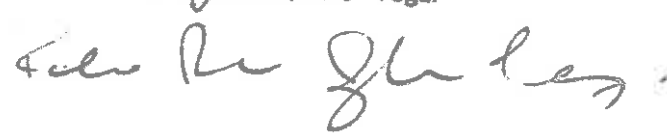
Município de Tomar, representado por  
Hélder Duarte Henriques - Presidente



Município da Golegã, representado por  
António Francisco Oliveira Pires Cardoso - Vogal



Tocha, Chaves & Associados - SROC, representada por  
Paulo Dinis Delgado Chaves, RDC - Vogal



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados da  
RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo  
Carregueira

Em cumprimento da lei e dos estatutos temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora, assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Direção, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Associação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Direção, quer pelos Serviços. Por outro lado, o Conselho Fiscal vigiou a observância da lei e dos estatutos, efetuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovou a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Direção, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da Associação.

O Conselho Fiscal apreciou também a Certificação Legal das Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Tocha, Chaves & Associados decorrente do exame por si realizado, a qual, merecendo a nossa concordância, deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pela Direção deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pela Direção devem ser aprovadas;
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção deve ser aprovada.

Carregueira, 11 de março de 2021

O CONSELHO FISCAL

  
Município de Tomar, representado por  
Hélder Duarte Henriques - Presidente

  
Município da Golega, representado por  
António Francisco Oliveira Pires Cardoso - Vogal

  
Tocha, Chaves & Associados - SROC, representada por  
Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC - Vogal



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 2.787.692 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.765.277 euros, incluindo um resultado líquido de 37.408 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Incerteza material relacionada com a continuidade**

A Entidade, conforme referido no relatório de gestão, efetuou a cessão do seu estabelecimento e património à RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A., em 31 de julho de 2020, estando prevista a curto prazo a sua dissolução.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



1/3



### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

*Handwritten signature*

2/3



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Lisboa, 26 de fevereiro de 2021

**Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181**  
**representada por:**

**Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085**